

## **A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL**

Edna Abadia de Miranda\*

### **RESUMO**

Este trabalho tem como principal objetivo evidenciar a relevância da preparação de educadores para a Educação Infantil, enfatizando a união entre o ensino e o cuidado como uma função central no trabalho com crianças pequenas. Além disso, busca refletir sobre a relevância do papel do professor na promoção de um diálogo construtivo com a criança através de metodologias lúdicas que compreendam o imaginário infantil. Apesar de estarmos em uma sociedade atual que, através de mudanças legais, reconhece a criança como portadora de direitos, é fundamental pensar nas particularidades da prática docente nesse período tão marcante da infância. Acredita-se que as crianças inseridas em Instituições de Educação Infantil estão atravessando uma fase crucial de suas vidas, onde dependem fortemente dos adultos, sendo fundamental apoiá-las em tarefas que não conseguem realizar de forma independente, atendendo suas necessidades básicas de segurança, alimentação, higiene, carinho e saúde. Para isso, a atuação do professor como mediador se torna imprescindível. A pesquisa tomou como principais respaldos a pesquisa bibliográfica considerando os documentos fundamentais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, bem como autores como Kishimoto (2002); Formosinho (2009); Vigotski (1991, 1998, 2000), entre outros, visando identificar as principais vertentes do direito da criança e seu papel na sociedade. Sendo assim, a formação de Professores da Infância deve explorar as particularidades da docência em Educação Infantil, assim como as questões que envolvem a valorização desse profissional, visando uma relação de diálogo comprometida com o pleno desenvolvimento da criança.

**Palavras-Chave:** Criança; Educação Infantil; Formação de Professores; Lúdico.

### **ABSTRACT**

The main objective of this work is to highlight the importance of preparing educators for Early Childhood Education, emphasizing the union between teaching and care as a central function in working with young children. In addition, it seeks to reflect on the relevance of the teacher's role in promoting a constructive dialog with the child through playful methodologies that understand the child's imagination. Despite the fact that we live in a society that, through legal changes, recognizes children as bearers of rights, it is essential to think about the particularities of teaching practice in this very important period of childhood. It is believed that children in Early Childhood Education Institutions are going through a crucial phase in their lives, where they depend heavily on adults, and it is essential to support them in tasks they cannot carry out independently, meeting their basic needs for safety, food, hygiene, affection

---

\*Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Goiás; Pós-Graduada em Psicopedagogia pela Universidade Estadual de Goiás. E-mail: eamib@hotmail.com

and health. To this end, the teacher's role as mediator is essential. The research was based on bibliographical research, considering fundamental documents such as the Education Guidelines and Bases Law, as well as authors such as Kishimoto (2002); Formosinho (2009); Vigotski (1991, 1998, 2000), among others, in order to identify the main aspects of children's rights and their role in society. Therefore, the training of Early Childhood Teachers should explore the particularities of teaching in Early Childhood Education, as well as the issues surrounding the valorization of this professional, aiming for a relationship of dialogue committed to the full development of the child.

**Keywords:** Child; Early Childhood Education; Teacher training; Play.

## 1. INTRODUÇÃO

Pensar sobre a Educação Infantil é, antes de tudo, entender os direitos que envolvem essa fase, considerada a primeira etapa da Educação Básica, sendo um deles o direito ao brincar (Vigotski, 1998). Portanto, as reflexões que fundamentam este artigo partem da ideia de que a atuação de forma lúdica na Educação Infantil serve como uma ferramenta de mediação e um auxílio relevante na construção da aprendizagem.

Consequentemente, esta pesquisa busca refletir sobre a relevância do lúdico na formação de educadores de Educação Infantil, assim como seu papel no processo de ensino- aprendizagem e no desenvolvimento integral da criança. Baseados nessa perspectiva, o artigo é estruturado com textos que incluem documentos e leis que garantem a Educação Infantil, além de apresentar as ideias de autores que discutem o lúdico nesse contexto, ressaltando que essa abordagem é essencial para o desenvolvimento das crianças e, quando inserida no contexto educacional, especialmente na formação de professores de Educação Infantil, se torna crucial para o aprendizado.

Para isso, a pesquisa será examinada através das visões de diversos estudiosos e de leis e documentos, como o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, e autores como Kramer (2003), Kishimoto (2005). Vygotski (1991, 1998, 1999), entre outros.

Assim, fica evidente que brincar não é uma atividade simbólica de mero entretenimento, mas sim uma ação intencional que, inserida no ambiente escolar, permite descobertas e aprendizagens significativas. Através da brincadeira, a criança interage com o ambiente, explora, constrói e reconstrói conhecimentos, adentrando em diversas realidades, o que a capacita a formar conceitos,

sentimentos e percepções críticas sobre o mundo. É por intermédio da ludicidade que o educador, como principal agente de mediação nessa experiência, pode garantir que o universo infantil seja enriquecido com fundamentos sólidos de saberes valiosos.

## **2. EDUCAÇÃO INFANTIL: CRIANÇAS E O SEUS DIREITOS PERANTE A SOCIEDADE.**

Recentemente, várias metas voltadas para a educação foram definidas, e uma quantidade significativa de legislações e documentos que apoiam a Educação Infantil foram implantados, com destaque para o direito de brincar. Um dos marcos mais importantes no reconhecimento dos direitos infantis no Brasil ocorreu com a aprovação da Constituição Federal em 1988, que garantiu à criança a condição de sujeito de direitos, sendo a responsabilidade compartilhada entre o Estado e a família. A ampliação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) integrou a Educação Infantil ao sistema de Educação Básica, que já incluía o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. O Artigo 29 dessa Lei afirma que a educação infantil, como a primeira fase da educação básica, visa ao desenvolvimento completo da criança até os seis anos, englobando suas dimensões física, psicológica, intelectual e social, complementando a atuação da família e da comunidade (BRASIL, 1988).

No que tange ao direito de brincar, as políticas públicas têm enfatizado essa atividade como um princípio vital para o desenvolvimento das crianças por várias décadas. Nesse contexto, as revisões na Lei nº 8.069, de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), ampliou consideravelmente os direitos relacionados ao brincar. A lei baseia-se na ideia de que os primeiros anos de vida são críticos para o desenvolvimento do ser humano.

Durante os últimos vinte (20) anos, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) de 1998 orientou as práticas pedagógicas nesse campo, colocando o brincar como uma ferramenta crucial no processo educativo. Esse documento levou em conta, entre outros aspectos, a função de "cuidar e educar" como elementos essenciais no atendimento a crianças em contextos formais, abordando questões como alimentação, higiene e lazer (brincar). O RCNEI enfatizou o caráter lúdico das atividades como um meio para o desenvolvimento das

capacidades e potencialidades das crianças através de interações sociais e interativas, promovendo seu desenvolvimento integral.

Aprofundando ainda mais a valorização do direito ao brincar, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) de 2009 passaram a ser responsáveis por orientar o planejamento curricular nas instituições de ensino. Essas diretrizes sugerem o arranjo das atividades pedagógicas em torno de eixos que envolvem a interação e a brincadeira, estabelecendo como princípio essencial a inseparabilidade entre os atos de cuidar e de educar.

Com relação às práticas pedagógicas da Educação Infantil, as diretrizes ainda afirmam basear-se nas interações e brincadeiras.

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), a Educação Infantil deve garantir o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social. Esse nível de ensino deve ser organizado de forma a respeitar os direitos e necessidades da infância, assegurando um ambiente que favoreça a interação, o brincar e a participação ativa dos pequenos no processo de aprendizagem. A legislação destaca a importância das experiências que promovem a construção do conhecimento, o desenvolvimento da autonomia e a ampliação das relações sociais, reconhecendo a criança como sujeito de direitos e protagonista de sua própria formação.

Esses direitos adquiridos reforçam a necessidade e a relevância de interações e do brincar no processo de desenvolvimento integral da criança. A elaboração de práticas pedagógicas intencionais e reflexivas, que promovam a aprendizagem e a habilidade de aprender, pressupõe que o educador esteja sempre adaptando sua atuação e atuando como mediador nas relações que a criança estabelece com o mundo, com o conhecimento e com seus pares, por meio das brincadeiras, da convivência, da exploração, da participação, do autoconhecimento e da expressão.

No entanto, mesmo com os avanços legais no que se refere ao direito de brincar, é crucial refletir sobre a falta de ações lúdicas planejadas e intencionais em uma série de práticas pedagógicas atuais, principalmente nos ambientes das salas de aula.

## **2.1. Formação de Professores da Educação Infantil**

No processo de formação de professores, é evidente que a capacitação não ocorre de maneira isolada, desconectada do modo como existimos em sociedade e

da nossa percepção sobre a escola e a criança, especialmente em relação à Educação Infantil. Tem havido um significativo avanço teórico em relação à infância e suas particularidades. Nesse entendimento, a preparação dos docentes, na maioria das vezes, avança lentamente, devido à falta de interesse político e econômico nesse setor. É verdade que existem várias experiências que inspiram educadores e instituições de ensino a explorar novas abordagens, promovendo uma educação de excelência para os futuros profissionais (Chaves, 2007).

Essas ideias se alinham com o apoio a políticas públicas focadas na infância na sociedade moderna, incluindo, por exemplo, a Constituição Federal de 1988, que reconhece e protege a criança como um sujeito de direitos, especialmente o direito a uma educação de qualidade desde o nascimento; o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, que aborda a proteção integral da criança e do adolescente; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que define a Educação Infantil como a primeira fase da Educação Básica; e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, que ressaltam a importância de estruturar e organizar ações educativas de qualidade, integradas à valorização do papel do educador que interagem com crianças de 0 à 5 anos (Oliveira, 2010).

Esses avanços comunicativos demandam do educador da Educação Infantil um novo perfil para desenvolver práticas intencionalmente direcionadas ao pleno desenvolvimento da inteligência e da personalidade da criança pequena. Diante desse contexto legal, os professores são desafiados a planejar e implementar propostas pedagógicas que, no dia a dia das Instituições de Educação Infantil, deem voz e vez às crianças e respeitem a maneira como elas interpretam o mundo.

O professor é um intelectual que deve empregar a prática pedagógica com o objetivo de provocar mudanças sociais. A abordagem consciente e deliberada do educador, que antecipa de forma integrada o processo de ensino-aprendizagem, representa, portanto, a importância que torna esse câmbio possível (Oliveira, 1985).

Dessa maneira, o professor, ao desempenhar seu papel mediador, atua na educação para equipar o indivíduo para sua participação na sociedade. Essa preparação é facilitada pelo conhecimento escolar, que serve como a ferramenta cultural indispensável para impactar e modificar o mundo. Por isso, é crucial destacar que a formação docente deve enfatizar a democracia dentro do ambiente educacional e nas interações interpessoais. Assim, ao discutirmos a formação de

educadores para a Educação Infantil, é fundamental reconhecer o outro como um ser em contínuo desenvolvimento, que precisa de acolhimento e atenção.

A educação, sob essa luz, precisa ser vista como uma ação e uma reflexão a respeito de tal ação, sendo um esforço histórico de autoformação da humanidade. A educação é um fruto da prática humana, e é por meio dela que o ser humano se torna pleno. No contexto escolar, o educador que tem consciência de sua função busca promover a humanização da sociedade. Portanto, os protagonistas da história não são apenas aqueles que ensinam - ou seja, aqueles que influenciam a maioria como um corpo passivo; por isso, os educadores também precisam passar pelo processo de formação (Patto, 2004).

Daí a relevância de um trabalho dedicado e contextualizado, envolvendo aqueles que formam professores e que valorizem a pesquisa como um elo na resolução de desafios profissionais e na construção de uma autonomia que seja tanto individual quanto coletiva, assim como na fundamentação teórica robusta da ação educativa no processo de desenvolvimento humano. A abordagem mais eficaz para formá-los consiste em aplicar essa prática e problematizá-la à luz da teoria e da pesquisa, mantendo um fluxo constante entre reflexão e prática (Patto, 2004).

O professor investigador deve ter plena consciência de seu papel para lidar com as dificuldades da sociedade e da escola atuais, deixando de ser apenas um técnico especializado, já que a formação vai além de simplesmente adquirir conhecimento e aprender técnicas. A formação se reflete no exercício contínuo de uma participação ativa no mundo, pensada sob a ótica do compromisso ético, que aplica o conhecimento e as técnicas, mas sem dar a elas um status privilegiado. Desse modo, a visão do educador que se propõe neste trabalho é a de um intelectual que contribui para a realização histórica, a humanização e a liberdade da existência humana.

Conforme Formosinho (2009), os docentes da Educação Infantil, assim como os de outros níveis de ensino, enfrentam desafios e tensões em sua formação e atuação, uma vez que fazem parte de um grupo de profissionais envolvidos no desenvolvimento humano.

O conceito de profissionais de desenvolvimento humano abrange as profissões que trabalham com pessoas em contato interpessoal direto, sendo essa interação o próprio processo e parte significativa do conteúdo da intervenção profissional. (Formosinho, 2009, p.7).

Os especialistas em desenvolvimento humano incluem profissionais da saúde e do bem-estar, aquisição de habilidades de trabalho social, atividades comunitárias e educação. A desvalorização desses especialistas tanto no meio acadêmico quanto na sociedade, conforme Formosinho (2009), relaciona-se com diferentes fatores que influenciam o avanço das suas áreas.

Um desses fatores é a atenção que a maioria das funções de desenvolvimento humano requer, reconhecendo que o comprometimento, o entendimento intuitivo, a paixão e a missão pessoal são mais importantes do que a formação intelectual.

Outro fator aborda a natureza interativa e interpessoal do trabalho, ou seja, a atividade com indivíduos é realizada por meio da interação com eles, sendo essa interação tanto o método quanto a parte essencial do próprio conteúdo da atuação (Formosinho, 2009). Assim, o êxito ou o insucesso das práticas depende do engajamento dos envolvidos no processo. Esta característica interativa, vinculada ao cuidado, resulta em que os métodos sejam sempre incertos, debatíveis e discutidos no contexto do trabalho com pessoas.

A dependência do sucesso de uma intervenção em relação à resposta dos indivíduos é outro aspecto. Pessoas únicas, com diferenças e necessidades variadas, fazem com que o trabalho dos especialistas tenha inevitáveis possibilidades de insucesso, o que, segundo Formosinho, está relacionado com a resposta das pessoas, ou seja, a competência profissional não assegura, por si só, um resultado positivo. A inevitabilidade do insucesso é, em grande medida, uma questão da liberdade humana (Formosinho, 2009).

Esses aspectos podem ser abordados na busca por enfrentá-los e compreendê-los através de uma formação inicial e contínua proporcionada pelas universidades. Essas instituições têm como principal característica a produção independente do conhecimento, complementada pelo ensino e pela pesquisa.

É fundamental valorizar e lutar para que o educador tenha uma formação inicial e contínua que realmente contribua de forma significativa para sua prática profissional. A capacitação dos educadores na educação infantil deve oferecer às crianças experiências das quais puderam participar, integrando as vivências dos adultos e permitindo que a criança se posicione como um ser social, histórico e cultural.

Por isso, os educadores precisam refletir continuamente sobre suas ações,

baseando-se em uma análise crítica que os leve a desenvolver estratégias eficazes e a se comprometer, minimizando o uso de receitas ou manuais. A formação de professores para a educação infantil deve enfatizar a importância cultural na vida das crianças e dos adultos com quem interagem, sugerindo que as crianças podem aprender com as histórias vividas e compartilhadas pelos mais velhos, assim como os adultos precisam reconhecer a criança como um ser com sua própria história social e cultural. Reconhecer a singularidade da infância, bem como sua habilidade criativa e imaginativa, exige que ações concretas sejam implementadas e que posturas efetivas sejam adotadas.

Desafiando normas estabelecidas, impulsionada por paixão e desejo, a criança está sempre pronta para revelar novas maneiras de entender o mundo e a vida; no entanto, é crucial que os adultos mais experientes que educam essa criança elevem seu desenvolvimento intelectual. O educador, como agente de transformação e promotor do conhecimento, deve empregar sua prática docente para impactar e sensibilizar aqueles envolvidos na experiência, que estejam dispostos a atribuir significado a ela. O verdadeiro significado se concretiza à medida que as pessoas se envolvem em experiências que as afetam, seja através da fala, da linguagem, de um gesto ou através do desejo de compreender a si mesmas e ao mundo.

Portanto, para favorecer o crescimento de uma criança, o educador deve introspectar sobre os eventos de sua prática, permitindo à criança explorar diversas experiências culturais e modos de vida; incentivando a conexão de suas próprias vivências com novos saberes, promovendo o pensamento crítico e a reflexão sobre essas diversidades, de modo que ela tenha a capacidade de se apropriar da cultura existente, reproduzindo-a e transformando-a, acolhendo as diferenças e, ao mesmo tempo, expandindo seu entendimento.

### **2.1. As Contribuições do Lúdico na Educação Infantil**

Tendo a Educação Infantil como a fase inicial da Educação Básica, seu objetivo é apoiar o desenvolvimento holístico das crianças (artigo – 29, Lei No 9.394/1996). Assim, é essencial reconhecer que a infância representa um período crucial e definidor na jornada humana. O seu papel não é apenas decisivo, mas é fundamentalmente relevante para modificar a realidade e moldar o ser humano.

Entretanto, é crucial destacar que essa fase não deve ser encarada como uma solução para os problemas sociais e, ainda menos, como um fator determinante para resolver os desafios e aprimorar o Ensino Fundamental. No entanto, Kramer (2003) enfatiza que a ideia de que a educação, seja na escola ou na educação infantil, atua como agente de mudança social é errônea, pois a verdadeira transformação ocorre quando se alteram as relações econômicas existentes. O papel da educação, incluindo a pré-escolar, pode ser contribuir para manter ou alterar uma realidade social específica, dependendo do contexto político e econômico, mas não deve ser vista como a responsável pela mudança desse contexto.

Nos primeiros anos de vida, a criança se desenvolve em diversas áreas, pois é um período de formação da identidade. Durante essa fase, é crucial implementar abordagens que promovam o desenvolvimento saudável das dimensões físicas, emocionais e afetivas, com atividades lúdicas desempenhando um papel essencial nesse processo. O brincar é vital para o crescimento da criança, pois por meio das brincadeiras, ela alcança benefícios sociais, emocionais e cognitivos, o que ajuda a aprimorar suas habilidades de raciocínio, criatividade, leitura e escrita.

Conforme Vygotsky (1999), ao brincar, a criança constrói significados em suas interações sociais, desenvolvendo funções cognitivas superiores e aprendendo a enfrentar seus desafios. Vygotsky (1998) também ressalta que o brinquedo encapsula todas as tendências de desenvolvimento de maneira concentrada, servindo como uma rica fonte de crescimento. Ele afirma ainda que a infância é o período de maior apropriação e impulso para o desenvolvimento humano (Vygotsky, 1991).

Além disso, no início da infância, a memória se destaca como uma função psicológica vital, possibilitando a formação de diversas outras habilidades. Dessa forma, é difícil dissociar a infância da brincadeira. O ato de brincar pode ajudar no desenvolvimento da criança em múltiplas dimensões, como social, motora e cognitiva. Wajskop (2001) menciona que o brincar infantil pode se tornar uma atividade na qual as crianças, sozinhas ou em grupo, buscam entender o mundo e as interações humanas nas quais estão inseridas diariamente.

Corroborando as discussões, Kishimoto (2002, p.150) relata que

Crianças que brincam aprendem a decodificar o pensamento dos parceiros por meio da metacognição, o processo de substituição de significados, típicos de processos simbólicos. É essa perspectiva que permite o

desenvolvimento cognitivo.

Diante das considerações, é crucial que o professor compreenda o valor do jogo para o crescimento da criança em todos os seus aspectos, e desenvolva uma prática educativa relevante. As observações feitas por Dudek e Costa (2005) são fundamentais ao explicarem que a função do Educador Infantil é guiar, utilizando o lúdico com entusiasmo e criatividade em um ambiente vibrante, proporcionando momentos agradáveis de aprendizado, onde a criança possa descobrir, investigar cenários e atribuir significado ao que assimila, por meio de um processo de construção do saber que apenas a brincadeira pode proporcionar. Os autores Dudek e Costa (2005) também afirmam que oferecer a solução final remove o prazer da criança ao se deleitar com a descoberta.

Com base nessas ideias, reafirma-se a relevância de integrar o lúdico na Educação Infantil, porém, é a intervenção do educador, de forma consciente e reflexiva, que poderá efetivar a aprendizagem.

## **2.2. Práxis Emancipadora e a Instituição Educativa**

A escola é um meio fundamental para a participação e a disseminação da cultura. A educação que ocorre na escola deve oferecer aos alunos a chance de se desenvolverem e se tornarem indivíduos que tenham caminhos para expressar sua individualidade de forma que beneficie tanto a si mesmos quanto à sociedade.

Se a vida humana não é assegurada pela natureza, sendo uma construção que deve ser realizada pelos próprios seres humanos e resultando do trabalho, isso implica que um humano não nasce plenamente humano. Ele se torna humano. Ele não entra no mundo ciente de como se tornar humano. É necessário que ele aprenda a existir como ser humano. Portanto, o desenvolvimento do homem é, simultaneamente, o processo de sua formação, gerando um contexto educativo. Assim, a gênese da educação se alinha à gênese da própria humanidade.

Para buscar a humanização dos indivíduos, a escola e, por consequência, os educadores, necessitam reavaliar o que deve ter valor na estruturação do trabalho pedagógico. O primeiro aspecto, já mencionado, refere-se à transferência dos saberes que foram acumulados historicamente pela sociedade para as novas gerações, permitindo que elas se apoderem da cultura e contribuam para sua

transformação. Aqui, reside a função social da escola, que é oferecer conhecimentos que promovam autonomia e emancipações. O segundo aspecto importante aborda o papel social da escola em direção ao "bem viver", isto é, a dimensão social da educação que lida com a formação de cidadãos buscando sua contribuição para a sociedade e a construção de uma ordem social que favoreça o bem-estar coletivo. Essa dimensão pode ser entendida como uma educação voltada para a democracia, conectando-se à esfera ética do processo educativo, que envolve cidadania e democracia, ou seja, a interação do homem com seus semelhantes.

É fundamental destacar que o ambiente escolar, um espaço crucial para a assimilação do conhecimento, tanto para alunos quanto para professores, é de imensa relevância, especialmente nas interações entre o professor e a criança, não garantindo que todos entendam a importância de se verem como indivíduos que atuam em relação aos outros.

A falta de apreciação pelo próximo, a ausência de reconhecimento do outro e a incapacidade de se enxergar no outro resultam em uma experiência pedagógica que não se relaciona com ninguém. Nota-se que, ao fim do dia escolar, tanto educadores quanto alunos deixam a escola em silêncio, sem o que compartilhar, pois foram privados de exercer sua própria vontade por meio de sistemas que restringem e organizam hierarquicamente a prática de ensino, além de separar os dois atores que coabitam o mesmo ambiente – a instituição de educação infantil.

Dessa forma, a instituição escolar, vista como um elemento social, acredita que mantém a infância restrita às suas paredes, um fenômeno que é chamado em textos acadêmicos e na mídia de uma espécie de isolamento infantil, entendido como uma forma de diminuição, privação e contenção (Pinto, 2007). As crianças ficam limitadas a ambientes educacionais que se baseiam em sistemas burocráticos e hierárquicos, onde o poder se expressa de maneira autoritária, fazendo com que percam importantes oportunidades de socialização, interação com os outros, formação de valores e criação cultural.

Tendo em vista que esse isolamento da infância ocorre principalmente em instituições especializadas, em especial nas educativas, é fundamental compreender essa dinâmica como uma construção histórica, resultado das interações que se formaram dentro da sociedade capitalista e que, portanto, podem ser alteradas.

Os educadores e a escola, em especial as de Educação Infantil, devem se opor a essa rotina de confinamento e trabalhar para reconhecer a importância da

ética e de relações solidárias e respeitosas, fundamentadas na amizade e no desenvolvimento humano. Para que as particularidades do aprendizado e do crescimento da criança se manifestem de maneira completa, é essencial que as necessidades dela, enquanto sujeito, sejam identificadas e priorizadas na proposta pedagógica da instituição, sendo implementadas pelas ações dos educadores da Educação Infantil, assim fundamentando uma educação centrada nas relações, no diálogo, na participação e em valores.

Usar o ambiente da educação infantil em prol da solidariedade e dos laços de carinho, simpatia, respeito e ternura entre os indivíduos. Reconhecer o direito de escolha de meninas e meninos, assim como adotar uma postura que aceite as preferências pessoais. Assegurar que cada voz seja ouvida, prestar atenção às explicações das crianças e respeitar a organização e a estética de suas produções é, por sua vez, uma forma de proteger a expressão de sentimentos e pensamentos, promovendo interações entre crianças de idades diferentes, sendo uma das formas de defender o direito à diversidade (Machado, 2004).

Assim sendo, o educador de crianças pequenas deve agir e refletir para reconhecer a criança como um ser pleno, que é parte de um contexto histórico, social e cultural, cidadã com direitos, rica em singularidades, necessidades e potencialidades, além de guiar suas ações de forma que realmente favoreçam o desenvolvimento completo da criança, ampliando suas aquisições, criações e produção de saberes.

Para que a aquisição de conhecimento e o crescimento da criança ocorram de maneira libertadora e visando uma educação que ofereça autonomia e cidadania, o educador da Educação Infantil atua como mediador nas interações presentes na escola e, juntamente com os alunos, planeja e implementa atividades educacionais que incentivem a criança a assimilar novos entendimentos culturais, além de novas maneiras de perceber e viver a cultura e tudo que a cerca.

Para alterar essa situação lamentável na escola que utiliza o tempo das crianças sem cumprir a função de promover a humanização, tenho investido em um caminho de formação de professores fundamentado na ideia de que a formação docente carece de uma teoria que permita entender o processo educacional e, a partir disso, estabeleça as condições para a intervenção consciente do educador na humanização que ocorre na escola, com o objetivo de incentivar e aperfeiçoar nas crianças as qualidades humanas em seu potencial máximo (Mello, 2014).

O educador é aquele que realiza atividades que combinam a educação com o cuidado, a aceitação e o carinho, promovendo uma relação ética e cordial. Ele transforma o ambiente educacional em um espaço acolhedor e libertador, de modo a oferecer oportunidades inovadoras de aprendizado às crianças. O professor é o protagonista experiente que possibilita que os alunos se tornem protagonistas de sua própria aprendizagem e desenvolvimento.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Dado o exposto, é evidente que a formação de professores para a Educação Infantil desempenha um papel crucial na garantia de uma educação de qualidade que respeite os direitos das crianças e promova seu desenvolvimento integral. Para que as práticas pedagógicas sejam eficazes, é fundamental que os educadores compreendam a importância do brincar como ferramenta de aprendizagem, além de estarem cientes dos documentos que respaldam o direito das crianças, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN). A formação inicial dos professores deve ir além da transmissão de conteúdos teóricos, incluindo a prática reflexiva sobre como o lúdico pode ser incorporado ao currículo de maneira significativa, alinhada aos princípios e diretrizes estabelecidos por esses documentos.

A implementação de práticas lúdicas no processo de ensino-aprendizagem é essencial para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças. O brincar oferece um ambiente onde as crianças podem explorar, experimentar e se expressar, construindo seu conhecimento de forma ativa. Nesse sentido, tanto a BNCC quanto a LDBN reforçam a importância do brincar como direito fundamental da criança, garantindo que a Educação Infantil seja um espaço de aprendizagem que respeite suas necessidades, promovendo o desenvolvimento integral e a formação de cidadãos críticos e conscientes. Portanto, ao planejar atividades que envolvam o lúdico, os professores não estão apenas promovendo a diversão, mas criando um contexto no qual as crianças se tornam agentes ativas de sua própria aprendizagem, desenvolvendo habilidades essenciais para sua formação pessoal e social.

A formação docente também deve incluir a capacidade de adaptar e planejar atividades lúdicas que atendam às diferentes necessidades e ritmos de aprendizagem das crianças, sempre com base nos princípios estabelecidos no

RCNEI e na LDBN. Reconhecer o brincar como um direito da criança implica em garantir que o brincar seja uma prática cotidiana no ambiente escolar, integrada ao currículo de forma que respeite as particularidades do desenvolvimento de cada criança. Dessa forma, o papel do educador se torna ainda mais significativo, pois ele se configura como mediador do conhecimento, facilitando o aprendizado por meio de atividades que favoreçam a interação e a construção do saber, sempre alinhado aos direitos e diretrizes legais.

Além disso, é imprescindível que a formação dos professores seja contínua e que os educadores recebam suporte para refletir e aprimorar suas práticas pedagógicas. O RCNEI assim como a LDBN, orienta os educadores a planejarem suas práticas de modo a garantir que todas as crianças tenham a oportunidade de brincar, conviver, explorar e se expressar em um ambiente que favoreça seu desenvolvimento integral. Programas de formação continuada, como cursos, workshops e grupos de discussão, são fundamentais para que os professores se mantenham atualizados e possam incorporar novas abordagens lúdicas em seu trabalho, sempre com base nos documentos legais que respaldam o direito das crianças.

Dessa maneira, a formação de professores para a Educação Infantil, quando focada na importância do brincar e da ludicidade, e respaldada pelos princípios dos documentos supracitados, contribui para a criação de um ambiente de aprendizado mais dinâmico e inclusivo. A implementação de práticas lúdicas é um passo essencial para garantir uma educação que considere as crianças em sua totalidade, respeitando suas necessidades e promovendo um desenvolvimento integral. Ao reconhecer o brincar como direito, os educadores têm a oportunidade de transformar a sala de aula em um espaço de aprendizado significativo, prazeroso e, acima de tudo, respeitoso com a criança.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Tereza Cristina Diniz; MOURA, Luciene Nascimento Silva; MARTINS, Maria Audenôra das Neves Silva; PACHECO, Márcio de Lima. O lúdico na formação de professores de educação infantil: reflexões para a construção da aprendizagem. *Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas*, [S.l.], v. 22, n. 2, p. 254–259, 2021. DOI: 10.17921/2447-8733.2021v22n2p254-259.

Disponível  
em:

<https://revistaensinoeeducacao.pgsscogna.com.br/ensino/article/view/8316>. Acesso em: 26 mar. 2025.

BRASIL. *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm). Acesso em: 25 mar. 2025.

CHAVES, M. Práticas educativas e formação em serviço: reflexões e desafios que se apresentam aos profissionais da infância. In: RODRIGUES, E.; ROSIN, S. M. (Org.). *Infância e práticas educativas*. Maringá: Eduem, 2007.

DUDEK, C.; COSTA, R. R. O brincar e a aprendizagem na educação infantil de quatro a seis anos. In: *EDUCERE*. 2005.

Disponível em:

<http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2005/anaisEvento/documentos/com/TCC1118.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2025.

FORMOSINHO, J. Dilemas e tensões da atuação da universidade frente à formação de profissionais de desenvolvimento humano. *Cadernos de Pedagogia Universitária*, Universidade do Minho, Portugal, p. 7-39, 2009.

KISHIMOTO, T. M. (Org.). *Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação*. São Paulo: Cortez, 2005.

KRAMER, S. Formação de profissionais de educação infantil: questões e tensões. In: MACHADO, Maria Lucia de A. (Org.). *Encontros & Desencontros em Educação Infantil*. São Paulo: Cortez, 2003.

MACHADO, M. L. Por uma pedagogia da educação infantil. *Revista Pátio*, v. 2, n. 5, p. 6-8, ago./nov. 2004.

MELLO, S. A. Teoria histórico-cultural e trabalho docente: apropriação teórica e novas relações na escola. In: MILLER, S.; BARBOSA, M. V.; MENDONÇA, S. G. de L. (Org.).

*Educação e Humanização: as perspectivas da teoria histórico-cultural*. Jundiaí: Paco

Editorial, 2014.

OLIVEIRA, B. A prática social global como ponto de partida e de chegada da prática educativa. In: OLIVEIRA, B.; DUARTE, N. *Socialização do Saber Escolar*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1985.

OLIVEIRA, Z. R. de. O currículo na educação infantil: o que propõem as novas diretrizes nacionais? In: SEMINÁRIO NACIONAL: CURRÍCULO EM MOVIMENTO: PERSPECTIVAS ATUAIS, 1., 2010, Belo Horizonte. *Anais... Belo Horizonte*, nov. 2010.

PATTO, M. H. S. Formação de professores: o lugar das humanidades. In: LEITE, R. L. (Org.). *Trajetórias e perspectivas da formação de educadores*. São Paulo: Ed. da UNESP, 2004.

PINTO, M. R. B. Tempo e espaços escolares: o (des)confinamento da infância. In: QUINTEIRO, J.; CARVALHO, D. C. de. (Org.). *Participar, brincar e aprender: exercitando os direitos da criança na escola*. Araraquara, SP: Junqueira & Marin; Brasília, DF: CAPES, 2007.

VYGOTSKI, L. S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

\_\_\_\_\_. *A formação social da mente*. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

\_\_\_\_\_. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1999. WAJSKOP, G.

*Brincar na pré-escola*. São Paulo: Cortez, 2001.